

O fim do mundo bipolar viu pouco a pouco emergir uma nova definição relativa da “ordem” internacional que se pauta pela poliarquia (no sentido etimológico do termo). Não se trata da velha multipolaridade que vestiu as relações internacionais até à Segunda Guerra Mundial, antes da ordem num mundo globalizado, em que as esferas do poder ora se sobrepõem ora se afastam mas não coincidem totalmente, pelo que já não é possível falar actualmente de um poder que recubra todos os campos da actividade humana passíveis de se transformar nesse mesmo poder. Por outro lado, parece óbvio que hoje os Estados Unidos da América são uma potência sem rival em diversos campos e face a outros pólos de acção da cena internacional, e que nela se sobrepõem muitas das esferas de poder, sem que coincidam de forma a gerar um poder totalizante e único. O carácter ímpar do poder norte-americano, quiçá, não tão esmagador quanto o britânico na década de 1841-1850, parece-nos agora muito mais ostensivo, uma vez que a “ordem” internacional é distinta, obedecendo a um regime poliárquico e à assimetria não necessariamente equilibrada que a vertebrava, contrariamente ao equilíbrio ostensivo de poderes que define um qualquer mundo multipolar, pelo menos, como o caracterizamos no Ocidente.

É precisamente esse novo recorte geopolítico e geoestratégico mundial que se assume como tema privilegiado deste número. É um recorte ainda não totalmente nítido, talvez não tanto porque não sabemos realmente onde estamos, mas porque a assimetria estruturante naturalmente mais caótica produz essa sensação de indefinição comparativamente a uma classicidade muito mais estável. Talvez o problema seja o de odres velhos para um vinho novo.

Seja como for, esse novo recorte está aí e dele emergem, como procurámos insinuar iconograficamente, distintos pólos de poder, não equivalentes e que têm as suas bases territoriais em três diferentes continentes. A nenhum desses pólos é possível exaurir os outros, mesmo ao mais poderoso deles, não apenas fruto da impossibilidade do monopólio que as diferentes esferas de poder configuram, mas também fruto da interacção em cada esfera, uma vez que o poder é cada vez mais um feixe devidamente ramificado e

relativamente flutuante. O desafio que a todos incumbe e de que os presentes articulistas dão conta é forjar uma cultura de segurança para um mundo estranhamente diferente e ao mesmo tempo estranhamento próximo. Se, por um lado, existem muitas coincidências entre o nosso tempo e a acelerada mundialização de Oitocentos – basta ver o que para o bem e para o mal disseram Goethe, Flaubert, Proudhon, Bauer, entre muitos outros comparando-o com várias das nossas análises coevas – dão-se não menos importantes diferenças que obrigam ao velho e ao mesmo tempo sempre novo exercício prudencial, a uma *phronesis* renovada, a uma sabedoria prática historicamente fundada e inescusável.

O General Garcia Leandro perscruta, no seu texto, as grandes alterações qualitativas do novo recorte na cena internacional, chamando a atenção para o perigo da desregulação e da necessidade de encontrar mecanismos reguladores, nomeadamente através da convergência de dois pólos geopolíticos que reputa de fundamentais: os EUA e a Europa.

Ainda que de forma distinta, Armando Marques Guedes vai no mesmo sentido, defendendo que desde o seu início tanto a União Europeia quanto a NATO devem ser pensadas como “duas parcelas de um processo em curso de “constitucionalização” supraestadual”, no contexto de uma ligação transatlântica forjada após a Segunda Guerra Mundial.

Já Luís Tomé reenvia o novo recorte geopolítico mundial a um modelo complexo marcado pela luta antiterrorista e pelo jogo de contenção múltipla entre os Estados Unidos e potências como a União Europeia, a Rússia e a China, pretendendo estas contrariar as pretensões hegemónicas norte-americanas. Tudo isto sob o pano de fundo daquilo que o autor designa por uni-multipolaridade.

Damien Sanges d’Abadie diz-nos que o 11 de Setembro trouxe uma mudança da percepção de segurança que, todavia, já se vinha desenvolvendo desde o fim da guerra fria. Os ataques terroristas teriam tornado claro que o ambiente internacional se baseia muito mais na gestão da insegurança do que propriamente na gestão tradicional da segurança e estabilidade.

Mendo de Castro Henriques reflecte sobre outra vertente de um ambiente globalizado, aquela que diz respeito ao fortalecimento mundial da sociedade civil enquanto rede de instituições de origem privada e finalidade pública. Fá-lo segundo uma abordagem histórico-filosófica sobre a natureza, origem e alcance do conceito e da sua realidade, culminando numa programa exortativo e edificante sobre o tratamento prospectivo que esta temática deveria merecer em Portugal.

No âmbito da estratégia aérea, Pedro Fontes Pinto faz uma releitura crítica do pensamento de Giulio Douhet, primeiro teorizador sistemático do emprego do poder aéreo, bem como do último dos teorizadores a elaborar uma exegese teórico-prática para a estratégia aérea, John Warden, de modo a perceber a razão de ser do emprego do poder na terceira dimensão, particularmente no que diz respeito ao conceito de bombardeamento estratégico e sua articulação com o de a paralisia estratégica.

Todos estes contributos agora brevemente recenseados relevam a manifesta acuidade destas temáticas na cena internacional de hoje. Não querendo escapar à actualidade ao mesmo tempo que não quer deixar-se aprisionar por um espelismo presentista, este número da Revista *Nação e Defesa* pretende ajudar à reflexão sobre um novo reposicionamento internacional inescapável para todos nós, enquanto indivíduos, cidadãos, mas sobretudo enquanto pessoas, sujeitos de dignidade humana.

Editor Executivo  
António Horta Fernandes